



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**NATAL/RN  
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**NATAL/RN  
MARÇO/2013**

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

<b>ADI</b>	Avaliação de Desempenho Individual
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>APH</b>	Atendimento Pré-Hospitalar
<b>CGO</b>	Coordenação Geral de Operações
<b>CGPLAM</b>	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
<b>CGRH</b>	Coordenação Geral de Recursos Humanos
<b>CGU</b>	Controlaria-Geral da União
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividades Econmicas
<b>CNH</b>	Carteira Nacional de Habilitação
<b>COEN</b>	Coordenação Geral de Ensino
<b>CRET</b>	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
<b>CRLV</b>	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
<b>CSR</b>	Comando de Saúde Rodoviário
<b>CTB</b>	Código de Trânsito Brasileiro
<b>DENATRAN</b>	Departamento Nacional de Trânsito
<b>DETRAN</b>	Departamento Estadual de Trânsito
<b>DG</b>	Direção Geral
<b>DISAS</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>DITRAN</b>	Divisão de Trânsito
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>DPRF</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
<b>ENAP</b>	Escola Nacional de Administração Pública
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INFOSEG</b>	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
<b>IS</b>	Instrução de Serviço
<b>ISDN</b>	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MPO</b>	Manual de Procedimentos Operacionais
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>NUAD</b>	Núcleo de Execução Administrativa
<b>OS</b>	Ordem de Serviço
<b>PF</b>	Pessoas Fiscalizadas
<b>PI</b>	Plano Interno
<b>PNSP</b>	Programa Nacional de Segurança Pública
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PR</b>	Procuradoria da República
<b>PRF</b>	Polícia Rodoviária Federal
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil
<b>RG</b>	Relatório de Gestão

<b>RP</b>	Restos a Pagar
<b>SENAT</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
<b>SEST</b>	Serviço Social do Transporte
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>SIAPE</b>	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
<b>SIASG</b>	
<b>SICONV</b>	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
<b>SIGER</b>	Sistema de Informações Gerenciais
<b>SIORG</b>	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
<b>SPIUNET</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SPU/RR</b>	Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
<b>SRP</b>	Sistema de Registro de Preços
<b>TA</b>	Testes de Alcoolemia
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UCC</b>	Unidade Centralizadora de Compras
<b>UFRR</b>	Universidade Federal de Roraima
<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>UO</b>	Unidade Orçamentária
<b>UOP</b>	Unidade Operacional
<b>VF</b>	Veículos Fiscalizados

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	10
QUADRO 2.3 – RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO .....	31
QUADRO 2.4 - INDICADORES .....	32
QUADRO 3.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	33
QUADRO 4.1.1.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO .....	36
QUADRO 4.1.1.2 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO .....	36
QUADRO 4.1.1.3 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	37
QUADRO 4.1.4.1 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	38
QUADRO 4.1.4.1.1 – RESULTADOS RIO +20 .....	38
QUADRO 4.1.4.2 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	39
QUADRO 4.1.4.3 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	40
QUADRO 4.1.4.4 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	40
QUADRO 4.1.4.5 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	41
QUADRO 4.1.4.6 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	42
QUADRO 4.1.4.7 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	43
QUADRO 4.1.4.8 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	43
QUADRO 4.1.4.9 – AÇÕES VINC. A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	44
QUADRO 4.1.5.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO .....	45
QUADRO 4.1.5.2 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO .....	45
QUADRO 4.1.6.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ .....	46
QUADRO 4.1.6.2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	46
QUADRO 4.2.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ .....	47
QUADRO 4.2.3.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA .....	48
QUADRO 4.2.4.2.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	49
QUADRO 4.2.4.2.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	50
QUADRO 5.1.1.1 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	51
QUADRO 5.1.1.2 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	51
QUADRO 5.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	52
QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	53
QUADRO 6.1.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 .....	54
QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) .....	55
QUADRO 6.1.2.1.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	56
QUADRO 6.1.2.2.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	57
QUADRO 6.1.3.1 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES .....	58
QUADRO 6.1.4.1.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO .....	59
QUADRO 6.1.4.2.1 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	60

QUADRO 6.2.4.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	62
QUADRO 6.2.5.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	63
QUADRO 6.2.6.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	64
QUADRO 7.2.1.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	66
QUADRO 7.2.3.1 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ .....	67
QUADRO 9.1.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	68
QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	69
QUADRO 10.3.1.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR .....	70
QUADRO 10.4.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	71

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....</b>	<b>10</b>
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS .....	10
1.3 ORGANOGAMA FUNCIONAL.....	12
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	19
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	24
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	24
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....</b>	<b>26</b>
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	26
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	28
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	30
2.4 INDICADORES.....	32
<b>3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>33</b>
3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	33
3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	34
3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	35
<b>4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. 36</b>	
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	36
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA .....	47
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ .....	47
4.2.2 Programação de Despesa .....	47
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes .....	47
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	47
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	47
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	48
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa .....	49
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	49
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	49
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	49
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	50
<b>5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>51</b>
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	51
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	52
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	52
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	52
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	52
<b>6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>53</b>
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	53
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	53
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	55
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	56
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade....	57
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	58

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	59
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	59
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	60
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	60
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de cumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	60
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registro e Comunicação.....	60
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	60
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	60
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	60
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	61
<b>6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....</b>	<b>61</b>
6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	61
6.2.2 Informações Sobre Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	61
6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	61
6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	62
6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	63
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	64
<b>7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>65</b>
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS....	65
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	66
7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	66
7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	66
7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	67
<b>8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO. 68</b>	<b>68</b>
<b>9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>68</b>
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	68
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	69
<b>10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 70</b>	<b>70</b>
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	70
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	70
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	70
10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	71
<b>11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>72</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**

José Eduardo Cardozo

**Secretário-Executivo**

Márcia Pelegrini

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Paulo Machado

**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**Diretora-Geral**

Maria Alice Nascimento Souza

**Superintendente Regional**

Rosemberg Alves de Medeiros

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

Dijairlon Henrique Moura

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**

Luiz Idalino Câmara Pinheiro

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

Paulo Roberto Cunha F. de Sousa

**Corregedor Regional**

Igo Gomes Brasil

**Missão Institucional**

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo/Função essencial à Justiça			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 15º SRPRF/RN			
<b>Código SIORG:</b> 0316	<b>Código LOA:</b> 00704	<b>Código SIAFI:</b> 200123	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo		<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(84) 3215-1550	(84) 3215-1560	(84) 3215-1561
<b>E-mail:</b> sup.rn@dprf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Nascimento de Castro, 1540, Lagoa Nova, CEP 59056-450, Natal/RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200123	15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		200123	

### 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, que se estende em 76.640 km de vias nacionais sob sua circunscrição, sendo 1.649 km aqui no estado do Rio Grande do Norte.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

As aludidas Regionais PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF, distribuídas em todas as Unidades Federativas, que conjuntamente possuem aproximadamente 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, o que demonstra a existência de uma estrutura que abrange todo o território nacional.

Dispomos na 15ª Superintendência regional de 04 (quatro) delegacias e 08 (oito) postos de fiscalização.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

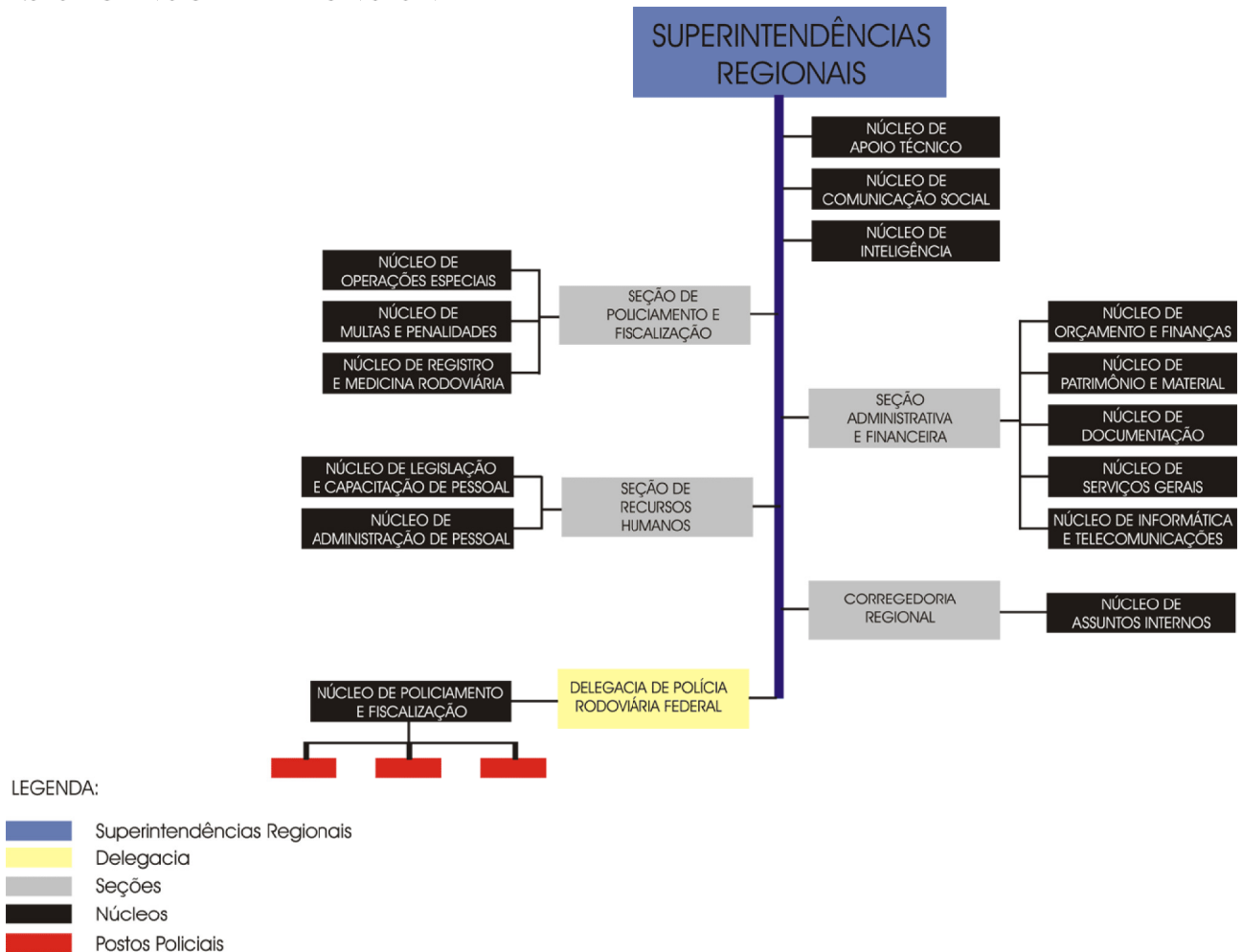
Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



A 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Natal/RN, dispõe de 04 (quatro) delegacias e 08 (oito) postos de Fiscalização sendo distribuídos conforme segue:

- 1ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Macaíba/RN
  - Posto 01 – BR 101, São José do Mipibu/RN
  - Posto 02 – BR 304, Macaíba/RN
  - Posto 03 – BR 304, Lajes/RN
- 2ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Ceará Mirim/RN
  - Posto 01 – BR 406, Ceará Mirim/RN
- 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Currais Novos/RN
  - Posto 01 – BR 226, Campo Redondo/RN
  - Posto 02 – BR 427, Acari/RN
- 4ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Mossoró/RN
  - Posto 01 – BR 304, Mossoró/RN
  - Posto 02 – BR 304, Mossoró/RN

A 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal compete: Executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente; Emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional; Lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

Conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União; Aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência; Aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade; Autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação; Autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento; Encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e Zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Ao **Núcleo de Apoio Técnico** compete: Promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente; Prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos; Prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência; Elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente; Prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado; Reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e Providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Ao **Núcleo de Comunicação Social** compete: Orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social; Promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência; Providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional; Apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência; Programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e Promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Ao **Núcleo de Inteligência** compete: Seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento; Assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência; Apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência; Planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência; Produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência; Intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência; Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos; Identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência; Planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência; Solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência; Manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação; Manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência; Receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área; e Elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

À **Seção de Policiamento e Fiscalização** compete: Programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria; Coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia,

alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência; Coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta; Orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas; Organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados; Programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e Realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Ao **Núcleo de Operações Especiais** compete: Orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública; Estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento; Executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência; Apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico; Executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais; Executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução; Pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e Coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Ao **Núcleo de Multas e Penalidades** compete: Orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos; Organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades; Organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais; Acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços; Controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas; Elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes; e Coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Ao **Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária** compete: Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais; Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia,

Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades; Propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço; Manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências; Preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito; Orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança; Colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais; Promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e Realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

À **Seção Administrativa e Financeira** compete: Programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações; Elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência; Orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório; Coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente; Comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência; Indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional; Prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação; Supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência; Organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório; Promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e Desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Ao **Núcleo de Orçamento e Finanças** compete: Programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira; Elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira; Controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas; Informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária; Controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas; Controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores; Receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos; Analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento; Proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos; Analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos; Emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos; Manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e Manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo

gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Ao **Núcleo de Patrimônio e Material** compete: Orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado; Efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis; Receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis; Propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens; Promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência; Examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações; Manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade; examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo; Manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos; Atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência; Manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e Manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Ao **Núcleo de Documentação** compete: Controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos; Receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências; Manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo; Manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos; Controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes; e Promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

Ao **Núcleo de Serviços Gerais** compete: Encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços; Elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços; Processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente; Instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores; Acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional; Promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição; Promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos; Promover o gerenciamento da frota de veículos; Elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

Ao **Núcleo de Telemática** compete: Planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização; Desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação; Treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência; Pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização



de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação; Promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação.

À **Seção de Recursos Humanos** compete: Programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; Prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química; Auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; Realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas; Realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas; Propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Ao **Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal** compete: Orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; Auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios; Realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal; Analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência; Planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA; Instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal; Executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA; Pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência; Instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e Adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Ao **Núcleo de Administração de Pessoal** compete: Pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo; Auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência; Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento; Cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas; Controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar; Prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei; Adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais; Controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos; Controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência; Instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-ofício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores; Analisar processos de aposentadoria e pensões,

elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos; Promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista; Acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento; Elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional; Adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente; Adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

À **Corregedoria Regional** compete: Planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente; Proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes; Acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente; Elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática; Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares; Elaborar e manter atualizado os relatórios da área correcional da Unidade Regional; Organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência; Manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área; Orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares; Elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatórios de gestão; Prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais; Promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência; Auxiliar na gestão do orçamento correcional; Elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e Elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Ao **Núcleo de Assuntos Internos** compete: Auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; Executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares; Promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional; Receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores; Fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e Operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Às **Delegacias de Polícia Rodoviária Federal** compete: Executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas; Controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; Controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia; Zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina; Adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes; Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito; Adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio

ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais; Controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio; Baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e Zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Ao **Núcleo de Policiamento e Fiscalização** compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

#### 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

1. **Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
2. **Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
3. **Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
4. **Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**
  1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais
    - a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com

elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

#### b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

### 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

#### a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de

integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao restabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

#### b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

### 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

#### a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

#### b. Indicador

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

#### 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

##### a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É

um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

1. Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
2. Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
3. Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito pan-óptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
4. Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança



é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

### 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

### 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.



## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e com a Portaria TCU nº 150/2012, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2012. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, observando que esta UJ não é responsável pela coordenação das ações e programas, entretanto há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas ações, sendo importante apresentar a execução da Ação que coube a unidade.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012, o Orçamento descentralizado da unidade central e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Regional, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

**Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012:** 3.1 Estrutura de Governança; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 5.6 Gestão de Precatórios; 8.2 Análise Crítica; 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e Pela NBC T 16.6 Aprovada Pela Resolução CFC Nº 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente.

**Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012:** Todos os Itens.

## **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

O planejamento estratégico do órgão tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade

pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, este Órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional pretende executar as ações seguintes:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de

- treinamento das seleções;
- Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida;
- Apreender 52.000 armas de fogo apreendidas;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;
- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública;

## 2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal está com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;

- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;
- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar recursos financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos

servidores;

- Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;

Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa.

### 2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Quanto aos procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais, a PRF atuou de forma efetiva e continuada, tendo sido fiscalizado condutores e passageiros de veículos. 1.769 cidadãos foragidos da justiça, com mandado de prisão em aberto, foram detidos. Objetivando alcançar a meta de 24.000.000 pessoas fiscalizadas até 2015, a meta para 2013 será reajustada, adequando-a à realidade do novo efetivo policial, visto que a PRF recebeu mais 1.500 policiais no final de 2012.

O processo de implantação de Unidades Especiais de Fronteira, não foi iniciado no exercício 2012 devido a ajustes na estratégia da PRF para a atuação na fronteira. Para o exercício 2013 existe a previsão de construção da unidade operacional de fronteira em RO/AC.

Sem prejuízo a isso, em 2012 a PRF teve forte atuação no combate à criminalidade, graças aos recursos recebidos do programa ENAFRON. Foram realizadas diversas operações em fronteiras que redundaram em um aumento de 47% de apreensão de maconha e 15% na apreensão de cocaína em relação a 2011.

Com a entrada em operação dos novos scanners, no final de 2012, espera-se que as apreensões a serem realizadas durante o exercício 2013 superem as do período anterior. Também aumentaram em 22% a recuperação de carga roubada e em 14% a recuperação de veículos roubados, se comparado a 2011.

No tocante à implantação de 166 OCR – Alerta Brasil, os trabalhos encontram-se em fase de contratação de Projeto Executivo para viabilizar a consolidação do projeto de instalação de cada ponto. Processo nº 08650.000.895/2012-81 – em fase de cotação(processo instruído no DPRF).

Quanto ao Mapeamento de competências e à Realização de ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, esclarecemos que os trabalhos relacionados a tais metas institucionais encontram-se em fase de planejamento, tendo sido estabelecidas etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF – GCPRF: (1) Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; (2) Definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais; (3) Mapeamento de competências e; (4) Identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Em 2012 foi concluída a primeira etapa e parte da segunda, com a capacitação de 50 servidores, a publicação da Portaria DG nº 125, de 24 de setembro de 2012, designando os consultores

internos e setoriais, e a realização de workshop dos Grupos focais, contando com a participação de Superintendentes, Coordenadores e Consultores.

Durante o exercício de 2012 a PRF, também, realizou diversas capacitações com os seus chefes de delegacia na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência, distribuindo os recursos nos locais com maior incidência de acidentes.

Em relação às ações de educação para o trânsito, durante o ano de 2012 foram realizadas Palestras, Exposições, Festival Estudantil Temático para o Trânsito – FETRAN, Cinema Rodoviário e Projetos para Motoristas Profissionais.

No que tange a meta relacionada à reforma de unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal, salientamos que a execução desta ação ficou abaixo da meta prevista na LOA, realizado na ação nacional um total de 77% do que fora previsto para ser executado, contudo, ainda assim, nosso orçamento empenhado chegou muito perto da dotação final. Tendo sido executadas 56 (cinquenta e seis) unidades físicas, no importe de R\$ 13.031.639,00.

A meta pertinente à ampliação da parceria com o Ministério da Saúde, mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional, em 2012, foi incluída no Plano de Prevenção e Redução de Acidentes, o qual foi absorvido pelo Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, que está sendo construído junto à Casa Civil, com previsão orçamentária para ser executado no ano de 2013.

Quanto à implementação de centrais de comando e controle em Unidades Desconcentradas PRF, em 2012 a CIOP da 9ª SRPRF/RS foi migrada para o conceito pretendido, e a CIOP da 5ª SRPRF/RJ iniciou os trabalhos objetivando a adoção do mesmo conceito.

Cumprir registrar, que para as grandes operações realizadas em feriados foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de veículos, pessoas e testes de alcoolemia, com acompanhamento diário da execução. Todos esses fatores foram preponderantes para os bons resultados obtidos pela PRF, tendo sido reduzidos o número de mortes e de acidentes em relação ao exercício 2012, tanto em valores absolutos como no indicador que leva em consideração o aumento da frota nacional de veículos, conforme tabela abaixo:

Quadro 3.3 – Resultados Finalísticos de Trânsito

<b>RESULTADOS FINALÍSTICOS DE TRÂNSITO</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Quantidade de Acidentes	192.303	184.375
Quantidade de Mortos	8.669	8.659
Frota Nacional de Veículos	70.543.530	76.137.191
Taxa de Acidentes	2.726	2.421
Taxa de Mortalidade	122	113
% Redução de Acidentes - Números	-4,12%	
% Redução de Mortos - Números	-0,12%	
Varição da Taxa de Acidentes	-11,19%	
Varição da Taxa de Mortalidade	-7,38%	

## 2.4 INDICADORES

Quadro 3.4 - Indicadores

<b>Descrição:</b>		<b>Forma de Cálculo:</b>
1	Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2	Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3	Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4	Pessoas Detidas	Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5	Veículos Recuperados	Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.
6	Quadro de Apreensões de Drogas, Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração.
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.



### 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X

20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.									X
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.									X
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.									X
<b>Informação e Comunicação</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>				
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.									X
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.									X
25.	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.									X
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.									X
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.									X
<b>Monitoramento</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>				
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.									X
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.									X
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.									X
<b>Análise Crítica:</b>										
7. As delegações de competências dos fiscais de contratos não expressam exatamente as suas atribuições quando na nomeação. As demais delegações são bem definidas.										
9. Necessitamos de uma forma de controle dos materiais empenhados que foram recebidos.										
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>										
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.										
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .										
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.										
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .										
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.										

### 3.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A apresentação do Sistema de Correição da UJ atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, explicitando a estrutura e as atividades do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal, o qual é integrado pela Corregedoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) unidades desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal; além de evidenciar os principais resultados alcançados no ano de 2012.

A Corregedoria Regional da 15ª SRPRF/RN, dentro do Organograma da Regional, está subordinada diretamente ao Superintendente Regional, contando com um efetivo atual de 05 (cinco) Servidores atuando diretamente na atividade correicional.

O Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo art. 10 dispõe que compete à Corregedoria-Geral

do DPRF, com o auxílio das Corregedorias Regionais, dentre outras funções: planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a adoção de medidas corretivas.

Para bem conduzir sua missão a Corregedoria Regional possui um Núcleo de assuntos Internos e uma Comissão Permanente de Sindicância, os quais são responsáveis pelas diversas funções que abrangem suas atribuições regimentais.

Em apertada síntese pode-se esclarecer que cabe ao NUIAI – Núcleo de assuntos Internos elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeções sistemáticas; fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, visando prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; receber e encaminhar manifestações e sugestões, bem como denúncias e representações sobre irregularidades praticadas por servidores do Departamento; promover investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares; realizar as atividades de investigação correcional no âmbito regional.

Por fim, cabe às Corregedorias Regionais o planejamento, a supervisão e a execução das atividades correcionais no âmbito das Superintendências e Distritos Regionais da PRF, com circunscrição em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Obedecendo-se a essa estrutura orgânica, são responsáveis pela instauração de procedimentos disciplinares os Dirigentes Regionais, em sua área de atuação, e a Corregedora-Geral do DPRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central, que envolvam servidores lotados em mais de uma unidade regional e nas situações em que existem impedimentos das autoridades regionais.

No que se refere à aplicação de penalidades disciplinares os Dirigentes Regionais e a Corregedora-Geral possuem competência para aplicar, na escala crescente da gravidade dos fatos apurados, até 30 (trinta) dias de suspensão. Penalidades que extrapolem esse quantitativo são de competência do Ministro de Estado da Justiça.

### 3.3 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Atendendo ao que dispõe o subitem 3.5 da Portaria – TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, salientamos que os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, expedida pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tratam dos prazos para inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, bem como da integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, foram integralmente atendidos pela Corregedoria Regional da 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

##### 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

##### Quadro 4.1.1.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2070			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		331.198.174,00		
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
4.425.934,69	2.478.195,95	0,00	1.947.738,74	2.478.195,95
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0825	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.			Ministério da Justiça - MJ
0830	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.			Ministério da Justiça – MJ
0833	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática			Ministério da Justiça – MJ
Fonte: SIAFI GERENCIAL				

Quadro 4.1.1.2 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	0663			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS			
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
f) Outras Fontes				
g) Subtotais (a + b)				
h) Valor Global Previsto no PPA				
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
192.119,46	192.119,46	0,00	0,00	192.119,46
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
	<b>Não se Aplica - PPA 2008 - 2011</b>			
Nota: Trata-se de crédito extraordinário reaberto em 2012, na ação Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência rio+20 (programa relativo ao ppa 2008-2011).				
Fonte: SIAFI GERENCIAL				

Quadro 4.1.1.3 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2075			
Título	Transporte Rodoviário			
Órgão Responsável	39250 – Agência Nacional de Transporte Terrestre			
<b>Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)</b>				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		c) Valor Remanescente (d – e)	
	i) Previsto no PPA	j) Fixado na LOA		
i) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		80.157.970,00		
j) Outras Fontes				
k) Subtotais (a + b)				
l) Valor Global Previsto no PPA				
<b>Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)</b>				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
83.697,60	78.795,02	0,00	4.902,58	78.795,02
<b>Objetivos Relacionados ao Programa</b>				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
<b>0280</b>	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infra-estrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.			<b>Ministério dos Transportes</b>
Fonte: SIAFI GERENCIAL				

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
 Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ  
 Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
192.119,46	192.119,46	192.119,46	192.119,46			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento Apoiado	unidade				192.119,46
Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109						
Fonte: SIAFI GERENCIAL						

#### Análise Crítica:

A operação Rio+20 foi realizada no mês de junho de 2012, data do evento internacional relacionado ao meio ambiente denominado Rio + 20, com a presença de diversos chefes de estado. Todos os órgãos de segurança em nível federal, estadual e municipal foram acionados para dar cobertura ao evento.

A PRF atuou com profissionalismo na escolta das autoridades e fiscalização das portas de entrada da cidade do Rio de Janeiro e arredores, antes durante e depois do evento. Para a operação Rio + 20 foram mobilizados 829 PRF's, retirados de diversos estados da federação, tendo a 15ª SR-PRF/RN participado com mais de 30 servidores.

Entre os principais resultados podemos citar a apreensão de 5.482 quilos de maconha e 1.997 quilos de cocaína neste período, conforme tabela abaixo:

Quadro 4.1.4.1.1 – Resultados Rio +20

RECURSOS INVESTIDOS	TOTAL
<b>Relativo da Operação Rio +20 (homens envolvidos)</b>	829
PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
Barreiras Policiais Realizadas	160
Veículos Vistoriados	45.800
Pessoas Vistoriadas	53.698
Pessoas Presas em Flagrante	165
Menores Apreendidos	4
RESULTADOS OBTIDOS	
Maconha e derivados (kg)	5.482,08
Cocaína e derivados (kg)	1.997,00
Armas de fogo	20
Munições	219
Veículos Apreendidos/ Veículos recuperados	28
Fármacos/ Medicamentos (unidades)	1.804
Eletrônicos (máquinas fotográficas, celulares, outros)	1.402
CD + DVD	2.493
Dinheiro Apreendido (Reais)	1.190,00

Quadro 4.1.4.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	200G					
Descrição	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.006.097,29	2.006.097,29	2.006.097,29	706.628,59		1.299.468,70	706.628,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Obra realizada	Unidade				2.006.097,29

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Análise Crítica:**

Tais despesas dizem respeito a construção de 03 (três) unidades operacionais no estado do Rio Grande do Norte, sendo eles: Posto de São Gonçalo do Amarante (R\$ 771.396,03); Posto Caicó (R\$ 925.554,00); e Terraplanagem para construção do posto de Mossoró (R\$ 309.147,26).

Quadro 4.1.4.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
105.036,16	105.036,16	105.036,16	105.036,16			105.036,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	04	01		105.036,16

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Análise Crítica:**

A Operação Sentinela é realizada em todos os estados fronteiriços, de janeiro a dezembro, através da mobilização do efetivo de outros estados para as regiões de fronteira. Em 2012, em média, foram mobilizados mensalmente 180 policiais especializados no combate à criminalidade, tendo esta UJ contribuído com servidores em diversas oportunidades.

Entre os principais resultados estão a apreensão de 66 toneladas de maconha e 5.919 kilos de cocaína, além da apreensão de 609 armas de fogo e 4.678 pessoas presas em flagrante



Quadro 4.1.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.918,50	150.918,50	150.918,50	80.415,74		70.502,76	80.415,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	unidade				150.918,50
Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109						
Fonte: SIAFI GERENCIAL						

#### **Análise Crítica:**

Em 2012 foram contabilizados 13 (treze) participações de servidores em eventos de capacitação, sendo em número de 122 (cento e vinte e dois) policiais ou administrativos. Em 2011 foram 49 (quarenta e nove) eventos e 177 (cento e setenta e sete) servidores capacitados.

Em termos absolutos houve uma redução de -73,47% (13\*100/49) - nas ações de Treinamento e Desenvolvimento e uma queda de -31,07% (122/177) a menos de servidores capacitados. Como causas da redução podemos apontar: o estabelecimento, no âmbito do poder executivo, de limites e procedimentos para empenho de despesas de diárias, passagens, locomoção no exercício financeiro de 2012, corte significativo nos recursos de capacitação, diretrizes da Superintendência suspendendo toda e qualquer capacitação de curto, médio e longo prazo, inicialmente até julho e depois prorrogada até meados de outubro, tendo em vista o baixo efetivo desta regional, sobretudo nas delegacias do interior, excetuando-se as convocações da Coordenação de Ensino e as operações nacionais e regionais, bem como ao reforço do efetivo, 02 cursos de formação profissionais realizados, ensejando convocação de instrutores (servidores policiais) da regional, impactando em mais de 10% do efetivo da regional, à época (17 instrutores para CFP 2012.1 e 12 instrutores para o CFP 2012.2), entre outras.

Quadro 4.1.4.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.573.468,28	1.573.468,28	1.573.468,28	1.334.932,05		238.536,23	1.334.932,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade				1.573.468,28

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
Fonte: SIAFI GERENCIAL

### **Análise Crítica:**

Temos como principais realizações no desenvolvimento desta ação as operações:

**Operação Rodovida** - A operação RODOVIDA tanto a realizada entre 2011 e 2012, como entre 2012 e 2013, a 15 SRPRF, seguindo diretrizes estabelecidas pela CGO/DPRF, atuou principalmente em quatro eixos, quais sejam: combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens indevidas, consumo de álcool pelos motoristas, além de intensificar a fiscalização sobre os veículos de duas rodas (motocicletas, ciclomotores e motonetas). O foco nesses eixos de fiscalização evitou vários acidentes e também a gravidade dos acidentes. Para se tornar viável a efetiva fiscalização a 15SRPRF contou com a disponibilização de policiais que atuavam principalmente nas 3 e 4 Delegacias, onde o impacto no trânsito é reduzido nesse período da Operação RODOVIDA, empregando-os em locais e horários com maior fluxo de veículos nas 1 e 2 Delegacias, além de realizar todas as sextas, sábados e domingos ações específicas de combate a embriaguez.

**Cinema Rodoviário** - No ano de 2012 foi implantado o Cinema Rodoviário cujo o objetivo principal é a educação de motoristas através de apresentação de vídeos impactantes de acidentes de trânsito. Essa apresentação se dá nos próprios postos da PRF com equipes coordenadas pelo NURAM/SPF. Ao todo foram realizadas 06(seis) ações, cada uma com dois dias de duração.

**Operações Temáticas** - A operação temática tem o objetivo de qualificar/atualizar policiais dividindo essas operações em uma parte teórica inicialmente e logo em seguida os policiais aplicam o conhecimento na prática. Os resultados são sempre significativos, pois além do conhecimento adquirido, há uma motivação dos participantes.

**Operação “Cangueiros”** - A PRF através de um pedido de apoio do MPE, atuou durante alguns meses no levantamento de informações de um esquema fraudulento de obtenção ilegal de carteiras nacionais de habilitação, que envolvia servidores públicos, proprietários de auto escolas e candidatos a condutores. Além do apoio em ações de inteligência, a PRF foi a ferramenta operacional utilizada pelo MPE para o cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão. A ação repercutiu nacionalmente, inclusive com destaque no **“Fantástico”**, programa dominical exibido pela Rede Globo de Televisão, além de toda imprensa local e regional.

**Operação “DRIBLE”** - A PRF através de um pedido de apoio do MPE, e em conjunto com a Secretaria de Tributação do RN, atuou durante alguns meses no levantamento de informações de um esquema fraudulento de sonegação fiscal, adulteração e desvio de combustíveis, que envolvia empresários, profissionais liberais, motoristas profissionais, entre outros. Além do apoio em ações de inteligência, a PRF foi a ferramenta operacional utilizada pelo MPE para o cumprimento dos mandados de prisão e busca e apreensão.

**Operação Cartel do SAL** - A PRF através de um pedido de apoio do MPE e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, executou a Operação de Enfrentamento ao Cartel do Sal em Mossoró, que teve como objetivo o cumprimento de mandados de busca e apreensão cível em empresas relacionadas com a produção, manufatura e venda de sal.

**Operações do Calendário Nacional** - Todas as operações do calendário nacional receberam atenção especial objetivando reduzir a quantidade e gravidade dos acidentes nesses períodos, visto que os usuários que viajam durante os grandes feriados tem um perfil diferente daqueles que normalmente utilizam essas rodovias, carecendo uma maior presença policial. Nesse sentido ocorreram convocações ordinárias em todas as operações nas seguintes proporções: 50% nas

operações carnaval e semana santa, e 30% nas demais operações.

**Campanha do Desarmamento** - Foram recolhidas durante a Campanha de Desarmamento do ano de 2012 no Estado do Rio Grande do Norte pela Polícia Rodoviária Federal, e encaminhadas para o 7º Depósito de Suplementos do Ministério do Exército em Recife – PE, **15** (quinze) revólveres, **03** (três) pistolas, **01** (uma) escopeta e **03** (três) espingardas artesanais, de marcas e calibre diversos e **367** (trezentas e sessenta e sete) munições de calibres diversos. Dessa forma a PRF tem contribuído para atender o programa de desarmamento do Governo Federal, cujo objetivo é a redução da taxa de homicídios.

Quadro 4.1.4.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2816				
Descrição		SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial				
Unidade Responsável		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Unidade Orçamentária		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
65.703,79	65.703,79	65.703,79	65.703,79			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade				65.703,79
Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109						
Fonte: SIAFI GERENCIAL						

#### **Análise Crítica:**

Diante do objetivo precípuo do Núcleo de Inteligência de assessorar o Superintendente processo decisório com a confecção de mais de 100 relatórios de inteligência e no planejamento de operações de Inteligência chegando a 3 grandes operações e diversos levantamentos realizadas em todo o estado do Rio Grande do Norte, proporcionando o desempenho mais eficaz da atividade de policiamento ostensivo para a obtenção de resultados que melhoraram, no exercício passado, o desempenho institucional de toda a PRF.

Dentre os problemas encontrados que prejudicaram de certa forma a execução do programa anual de Inteligência está o contingenciamento, que apresentou limites financeiros que impediram um melhor desenvolvimento das ações previstas.

Quadro 4.1.4.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		8623				
Descrição		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
40.500,00	40.500,00	40.500,00			40.500,00	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade reformada/modernizada	Unidade				40.500,00

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### **Análise Crítica:**

Valores oriundos de emenda parlamentar, investidos integralmente na reforma da CIOP – Central de informações operacionais e na manutenção do edifício sede.

Não consta nenhum valor liquidado no exercício em virtude das primeiras medições terem sido realizadas apenas no exercício 2013.

Quadro 4.1.4.8 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
484.210,67	484.210,67	484.210,67	185.479,62		298.731,05	
						185.479,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema mantido	Percentual de manutenção				484.210,67

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### **Análise Crítica:**

Vislumbrando a diretriz de melhoria dos processos de administração e gerenciamento, a UJ, no ano de 2012, realizou grandes aquisições, entre elas: a aquisição do sistema de Rádio Digital; colaborou com a contratação via DPRF de um sistema para o Monitoramento de Viaturas com a utilização em mais de 2.000 veículos permitindo uma maior visualização dos posicionamentos de nossas equipes e possibilitando uma diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências de acidentes/crimes; Para as comunicações internas de nossas regionais a Regional tem trabalhado na melhoria do sistema de telefonia via protocolo IP (VoIP), sistema que nos possibilita uma maior integração com baixo custo, otimizando este tipo de contato entre os servidores.

Suprindo a necessidade de otimização da infraestrutura de TI, da PRF, foram adquiridas unidades de armazenamento de grandes volumes de dados e servidores de grande porte de modo a tornar os serviços prestados pela área de tecnologia mais efetivos. Foram realizados ainda, novas contratações no intuito de aumentar os links de transmissão de dados. Houve ainda no ano de 2012 a renovação de mais de 50% do atual parque computacional da Regional com grande melhoria, principalmente na infraestrutura de rede da regional com a aquisição de equipamentos modernos.

Quadro 4.1.4.9 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2346					
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Agência Nacional de Transporte Terrestre					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transporte Terrestre					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
83.697,60	83.697,60	83.697,60	78.795,02		4.902,58	78.795,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						83.697,60

Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109  
 Fonte: SIAFI GERENCIAL

### **Análise Crítica:**

Orçamento utilizado em operações de de fiscalização de passageiros, transporte de cargas e na capacitação de servidores.

## 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.5.1 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2112					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	30802 – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.022.685,33	2.022.685,33	2.022.685,33	1.718.032,18		304.653,15	1.718.032,18

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 4.1.5.2 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	0089					
Título	Previdência de Inativos e pensionistas da União					
Órgão Responsável	30802 – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.605,66	55.605,66	55.605,66	55.605,66			55.605,66

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 4.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.022.685,33	2.022.685,33	2.022.685,33	1.718.032,18		304.653,15	1.718.032,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					2.022.685,33
Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109						
Fonte: SIAFI GERENCIAL						

Quadro 4.1.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.605,66	55.605,66	55.605,66	55.605,66			55.605,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					55.605,66
Nota: Os Valores descentralizados da UO 30107, UG 200109						
Fonte: SIAFI GERENCIAL						

#### **Análise Crítica:**

Valores referentes ao pagamento de Auxílio Funeral de 04 (quatro) servidores.

## 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

#### Quadro 4.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	200109
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DIREÇÃO GERAL	30107	200230
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE	39250	393001

### 4.2.2 Programação de Despesas

#### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

#### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

#### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 4.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200230	200123	30107 09272008901810001	55.605,66	0,00	0,00
	Recebidos	200230	200123	30107 06122211220000001			82.802,74
	Recebidos	200109	200123	30107 06122211220000001			1.892.948,10
	Recebidos	00109	200123	30107 06128207025240001			150.918,50
	Recebidos	200109	200123	30107 06181207020IC0001			105.036,16
	Recebidos	200109	200123	30107 06181207027230001			1.573.700,92
	Recebidos	200109	200123	30107 06181207086980001			225.813,46
	Recebidos	200109	200123	30107 06183207028160001			65.703,79
	Recebidos	200109	200123	30107 06181066314M30033			192.119,46
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	200109	200123	30107 06122211220000001	54.159,00	0,00	0,00
	Recebidos	200109	200123	30107 061812070200G0001	2.006.097,29		
	Recebidos	200109	200123	30107 06181207086980001	258.397,21		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL



#### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

##### 4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Informações fornecidas no Relatório de Gestão do DPRF

##### 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 4.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>2.733.581,09</b>	<b>2.393.680,20</b>	<b>2.733.581,09</b>	<b>2.393.680,20</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	706.628,59	0,00	706.628,59	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	2.026.952,50	2.393.680,20	2.026.952,50	2.393.680,20
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>336.102,88</b>	<b>468.772,88</b>	<b>336.102,88</b>	<b>468.772,88</b>
g) Dispensa	311.304,98	424.760,38	311.304,98	424.760,38
h) Inexigibilidade	24.797,40	44.012,50	24.797,40	44.012,50
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>1.369.175,34</b>	<b>673.306,41</b>	<b>1.369.175,34</b>	<b>673.306,41</b>
j) Pagamento em Folha	55.605,66	10.544,14	55.605,66	10.544,14
k) Diárias	1.313.569,68	662.762,27	1.313.569,68	662.762,27
<b>5. Outros</b>	<b>83.889,46</b>	<b>98.137,92</b>	<b>83.889,46</b>	<b>98.137,92</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.522.748,27</b>	<b>3.633.897,41</b>	<b>4.522.748,27</b>	<b>3.633.897,41</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### **Análise Crítica:**

Verificamos um aumento substancial nos valores pagos em diárias, e tal situação se deve a no ano de 2011 não ter havido nenhum curso de formação profissional e no ano de 2012 terem existido 2 cursos, sendo esta Regional proporcionalmente uma das que mais possui instrutores e cada curso dura um período de 03 (três) meses. Além do fato de constantes convocações inclusive do Ministério da Justiça.

Observamos também que dentro de um processo de melhoria das nossas licitações criamos um cronograma interno de compras e centralização de demandas, que já demonstra resultados, tendo em vista uma redução nos valores com contratação direta.

## 4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 4.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08- Outros Benefícios Assistenciais	55.605,66	10.544,14	55.605,66	10.544,14	0,00	0,00	55.605,66	10.544,14
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
14- Diárias – Pessoal Civil	1.313.569,68	662.762,27	1.313.569,68	662.762,27	0,00	0,00	1.313.569,68	662.762,27
30- Material de consumo	994.824,44	1.210.576,29	671.372,29	938.663,47	323.452,15	271.912,82	671.372,29	938.663,47
37 - Locação de mão de obra	901.239,67	792.618,92	829.708,67	717.204,35	71.531,00	75.414,57	829.708,67	717.204,35
Demais elementos do grupo	1.155.649,79	1.281.169,35	941.663,38	1.041.999,34	213.986,41	239.170,01	941.663,38	1.041.999,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4 – Investimentos</b>								
51- Obras e Instalações	2.046.597,29	269.854,32	706.628,59	0,00	1.339.968,70	269.854,32	706.628,59	0,00
52- Equipamento e Material permanente	304.368,21	748.110,13	4.200,00	262.723,84	300.168,21	485.386,29	4.200,00	262.723,84
39- Outros Serviços Terceiros PJ	8.188,00	0,00	0,00	0,00	8.188,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

## 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

#### 5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 5.1.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
3.33.90.92.92		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – MATERIAL DE CONSUMO			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
200123	47.866.934/0001-74	R\$ 0,00	R\$ 1.864,61		R\$ 1.864,61
<p><b>Razões e Justificativas:</b> Até 14/12/2011 tínhamos um saldo credor de R\$ 50.583,12 na 11NE800011, suficiente para cobrir a despesa com o abastecimento da frota ref. ao mês de DEZ/11, conforme contrato nº 009/2008. Ocorre que como este tipo de despesa é estimada e a média mensal dos gastos dos 11 (onze) meses ficava em R\$ 39.038,74, estornamos R\$ 7.000,00 (11NE800525) e devolvemos a provisão ao DPRF (nossa unidade orçamentária), a fim de ser repassado para outra Regional em virtude da escassez de orçamento e para não inscrevermos valores em restos a pagar que, a princípio, não seriam aplicados. No entanto, fomos surpreendidos com uma demanda considerável de combustível na ordem de R\$ 45.447,73 no mês de DEZ/11 decorrente do aumento da fiscalização e diversas operações conjuntas com o Ministério Público, bem como outros Órgãos. Isto posto, tivemos que efetuar o reconhecimento de dívida e aplicar R\$ 1.864,61 de despesas de exercício anterior para cobertura integral da fatura de DEZ/11.</p>					
<b>Fonte: SIAFI OPERACIONAL</b>					

Quadro 5.1.1.2 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
3.33.90.92.39		Despesas de Exercícios anteriores – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
200123	33.530.486/0001-29	14.627,60			<b>0,00</b>
200123	33.000.118/0001-79	3.949,93			<b>0,00</b>
200123	24.372.385/0001-86	17.573,61			<b>0,00</b>
200123	11.939.048/0001-86	13.247,81			<b>0,00</b>
200123	47.866.934/0001-74	84.076,17			<b>0,00</b>
200123	01.443.418/0001-36	21.338,10			<b>0,00</b>
<p><b>Razões e Justificativas:</b> O DPRF, nossa unidade orçamentária, vinha descentralizando o orçamento mensalmente até outubro/2010 para cobertura dos contratos de caráter continuado, dentre estes: abastecimento da frota, serviços públicos e manutenção de veículos. Ocorre que, com o corte no orçamento não tivemos mais descentralizações a partir de novembro/2010, ao ponto de encerrarmos o exercício sem aporte p/ cobertura dos contratos. Assim, considerando que estas despesas são essenciais ao bom desenvolvimento das atividades exercidas pela PRF e estavam previstas no planejamento anual, realizamos as mesmas, mediante reconhecimento de dívida, em virtude de não podermos privar a população dos serviços de socorro a vítimas de trânsito, fiscalização nas rodovias federais, entre outras atribuições da instituição.</p>					
<b>Fonte: SIAFI OPERACIONAL</b>					

## 5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 5.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	1.341.738,01	66.134,74	897.357,24	378.246,03
2010	1.244.110,91	170.866,62	1.073.244,29	0,00

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

## 5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não Ocorreu no Exercício

## 5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

### 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Não Houve concessão de Suprimento de Fundos na Regional no exercício 2012

## 5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não Ocorreu no Exercício

## 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		256	48	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		256	48	10
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	256	48	10
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		256	48	10

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Com relação a força de trabalho da UJ devemos destacar:

No balanço entre servidores ingressos e egressos nos quadros da 15ª SRPRF, nosso efetivo teve um aumento líquido de 39 policiais com relação ao final do exercício anterior. Dos 48 servidores ingressos ao longo do ano, recebemos, 43 por remoção, oriundos de outras Regionais, 04 novos servidores por novo provimento e 01 por recondução. Dos 43 ingressos por remoção, 08 foram removidos no interesse da Administração e 35 a pedido, através do Sistema Nacional de Remoções da PRF – Sisnar, ferramenta adotada pela Administração Central para a distribuição de efetivo após a entrada dos novos servidores, aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2009 – PRF. Dos 10 servidores egressos no ano, 05 foram removidos para outra Unidade, 01 foi aposentado, 01 demitido e 03 pediram vacância por posse em outro cargo inacumulável.

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Com relação ao quadro que trata das situações que reduzem a força de trabalho da unidade, vale observar que no caso da 15ª SRPRF, vê-se que tivemos a diminuição de 05 servidores por remoção para outra Regional e 01 por afastamento para exercício de mandato eletivo. Este último, remunerado e ininterrupto, foi iniciado em 2009 e encerrado em 31/12/2012. O servidor afastado exercia o cargo de Vice-Prefeito do município de Tibau do Sul/RN.

Convém registrarmos, também, o considerável número de servidores que solicitara vacância por posse em outro cargo inacumulável durante o ano, bem como nos últimos anos. A procura por outras carreiras é um importante elemento a ser considerado pela Direção-Geral no estabelecimento das políticas internas do Órgão no que se refere à gestão de pessoal. O engrandecimento institucional e os seus reflexos, principalmente nos aspectos ligados à carreira de PRF, deve ser uma das metas da Administração, sob pena de continuarmos a perder talentos para outras instituições e outros Poderes.

## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	1	1		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	26	20	11	16
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	20	11	16
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	27	21	11	16

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Observa-se que, no exercício, houve uma grande quantidade de ingressos e egressos nas referidas funções. Em outras palavras, muitos servidores foram dispensados de funções de chefia e, simultaneamente, outros muitos foram designados. Este número costuma ser alto na PRF. Em que pese a não existência de um estudo sobre este fenômeno, acreditamos que tamanha rotatividade ocorra pela baixa gratificação dos titulares de funções de chefia.

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	19	93	106	34	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	19	93	106	34	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>	19	93	106	34	4

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Constatamos que a maioria (41,4%) de nosso efetivo se encontra na faixa etária de 41 a 50 anos. O envelhecimento do quadro de pessoal deve ser observado pela Administração Central, para que o Órgão possa suportar a grande quantidade de aposentadorias que acontecerão em breve, sem o risco do colapso por falta de servidores.



### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 6.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>Provimento de Cargo Efetivo</b>			1	2	69	183		1	
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	2	69	183		1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>Provimento de Cargo em Comissão</b>						1			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções Gratificadas									
<b>Totais (1+2)</b>			1	2	69	184		1	

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Embora o cargo de PRF ainda fosse, em 31/12/2012, de nível intermediário, 71,88% dos servidores de nossa Regional já haviam, à época, concluído alguma graduação (ensino superior).

### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	23.108.248,31	18.889,24	3.000.839,05	9.368,19	2.258,16	1.452.386,26	11.700,84	2.114,78	69.673,60	27.675.478,43
	2011	22.201.400,20	9.948,07	2.707.063,67	10.330,92	7.087,41	1.441.158,57	12.568,48	0,00	72.464,92	26.462.022,24
	2010	21.270.300,81	8.114,39	2.691.278,78	185.593,95	20.562,52	1.184.939,10	3.789,72	1.099,65	56.015,56	25.421.694,48
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	130.852,80	29.102,76	23.229,25	0	0	8.136,00	0,00	0,00	0,00	191.320,81
	2011	142.491,95	28.132,66	25.636,10	0	0	7.815,58	671,18	0,00	386,61	205.134,08
	2010	116.682,28	29.102,76	12.364,10	0	0	3.648,00	0,00	0,00	316,82	162.113,96
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	2.328.055,05	74.237,21	310.946,87	0,00	0,00	120.025,82	768,20	908,98	4.533,04	2.839.475,17
	2011	2.568.756,10	84.553,47	365.437,25	0,00	0,00	128.848,97	1.694,34	0,00	5.949,68	3.155.239,81
	2010	2.706.732,60	93.946,37	349.194,60	5.908,02	995,77	108.412,32	831,18	2.239,65	5.728,71	3.273.989,22

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

#### 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

###### Quadro 6.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	130	1
1.1 Voluntária	13	1
1.2 Compulsória	1	
1.3 Invalidez Permanente	21	
1.4 Outras	95	
2. Proporcional	5	
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	135	1

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)

Podemos observar a distribuição do quantitativo de aposentados ligados à 15ª SRPRF, por fundamento legal da aposentadoria. Dos nossos 135 aposentados, a grande maioria se enquadra na opção “Integral – Outros”, pois a quase totalidade de nossos cargos é de Policial Rodoviário Federal, cuja aposentadoria mais vantajosa, geralmente, é aquela concedida com fundamento na Lei Complementar nº 51/85, que garante paridade e integralidade de vencimentos.

#### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 6.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	32	7
1.1. Integral	28	3
1.2. Proporcional	4	4
2. Em Atividade	20	0
3. Total (1+2)	52	7

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ªSRPRF/RN (SIAPE)

#### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existe no âmbito desta UJ controle interno com esta finalidade, sendo todo controle realizado pelo DPRF/MJ, porém vale destacar que não existe servidores com o acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da 15ª SRPRF/RN .

#### 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Por não existir controle interno para realizar tal controle, conforme citado no item anterior, não dispomos de registros voltados a esta finalidade.

#### 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

##### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Deixamos de preencher os quadros referentes aos: Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007); Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007); e Regularidade do cadastro dos atos no Sisac. em virtude de a 15ª SRPRF/RN não estar enquadrada na seguinte condição, estabelecida na Portaria TCU 150/2012: “6.1.7 As informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas **somente pelas unidades** jurisdicionadas **que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão**, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

##### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Deixamos de preencher o quadro em virtude de a 15ª SRPRF/RN não estar enquadrada na seguinte condição estabelecida na Portaria TCU 150/2012: “6.1.7 As informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas **somente pelas unidades** jurisdicionadas **que tenham na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão**, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007”.

##### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Deixamos de preencher o quadro em virtude de a 15ª SRPRF/RN não estar enquadrada na seguinte condição estabelecida na Portaria TCU 150/2012: “6.1.7 As informações sobre os atos de pessoal devem ser prestadas **somente pelas unidades** jurisdicionadas **que tenham na sua**

**responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão**, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007”.

#### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Com relação aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos, informamos que a 15ª SRPRF/RN, enquanto unidade desconcentrada, não possui indicadores para tal gerenciamento. O estabelecimento das macro políticas de gestão de recursos humanos do Órgão são de competência de sua Administração Central, através da Coordenação-Geral de Recursos Humanos que, até a atualidade, não repassou às Superintendências Regionais a informação quanto à existência de tais indicadores.

## 6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não existem, na 15ª SRPRF/RN, Cargos ou Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados.

### 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não existem, na 15ª SRPRF/RN, Cargos ou Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados. Lembrando ainda que a 15ª SRPRF/RN não tem competência legal para a realização de Concurso Público. Todas as admissões são de competência da Administração Central.

### 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não existem, na 15ª SRPRF/RN, Cargos ou Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados. Lembrando ainda que a 15ª SRPRF/RN não tem competência legal para a realização de Concurso Público. Todas as admissões são de competência da Administração Central.

## 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

### Quadro 6.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RN													
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 00.394.494/0118-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	LEON SOUZA LTDA (LIMPEZA E HIGIENE)	09.171.533/0001-00	05/05/11	04/05/13	16	16	0	0	0	0	A
2011	V	O	BEHRING (VIGILÂNCIA)	10.748.912/0001-08	01/02/11	30/11/13	16	14	0	0	0	0	P
Observações:													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gestão de Contratos 15ª SRPRF/RN

## 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

### Quadro 6.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RN													
UG/Gestão: 200123							CNPJ: 00.394.494/0118-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	CLAREAR COM SERVIÇO LTDA (RECEPCIONISTA)	02.567.270./0001-04	25/06/12	24/06/13			2	2			A
2011	8	O	CONSTRUTORALEON SOUSA (JARDINAGEM)	09.171.533/0001-00	23/06/11	11/06/13			1	1			P
2011	9	O	ART SERVICE (MAN PREDIAL)	00.544.298/0001-09	04/07/11	03/07/13			1	1			P
2012	12	O	ART SERVICE (AUX VAQUEIRO)	00.544.298/001-09	03/07/12	02/07/13	3	2					A
Observações:													
<b>LEGENDA</b> Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Gestão de Contratos 15ª SRPRF/RN

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 6.2.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	2	23.015,99
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	3	3	3	2	23.015,99
2. Nível Médio	19	17	22	22	81.832,19
2					0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	19	17	22	22	81.832,19
3. Total (1+2)	22	20	25	24	104.848,18

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 15ª SRPRF/RN (SIAPE)



## **7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS**

A 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal possui uma frota de 83 veículos, sendo todos próprios, em virtude de sua característica institucional, no ano de 2012 os deslocamentos com viaturas desta UJ foram superiores a 903.168 Km, o que necessariamente deprecia a frota e aumenta os custos com manutenção. Buscando reduzir os gastos com utilização de viaturas antieconômicas, a PRF desenvolve uma política de Leilões anuais de viaturas, tendo esta UJ leiloado 17 veículos no exercício 2012, e recebido do DPRF, órgão central da administração que centraliza estes tipos de aquisições, 11 viaturas novas (sendo 10 MMC/Pajero Dakar e 01 NISSAN/Frontier), o que vem proporcionando uma renovação gradual da nossa frota de veículos, levando esta regional a terminar o exercício 2012 com a utilização em ronda ordinária (serviço diário nos postos de fiscalização) de viaturas com no máximo 02 (dois) anos de uso.

Essa renovação da Frota pode ser observada também nos custos com manutenção que no exercício 2012 foram pouco superiores a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e em uma significativa redução no gasto com pneus.

Em relação ao consumo de combustíveis, em virtude da grande diversidade de marcas e modelos de nossa frota, temos viaturas que consomem todos os tipos de combustíveis disponíveis no mercado, o que gerou um consumo de : 96.737,47 litros de gasolina comum; 251,42 litros de etanol; 55.769,28 litros de diesel comum; 17.385,80 litros de diesel S50; e 120,80 litros de biodiesel, a um custo anual de R\$ 435.411,28 (quatrocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e onze reais e vinte e oito centavos). Ao se analisar esses números podemos destacar que o consumo de combustíveis menos poluentes como etanol e biodiesel ainda é baixa e existe uma política interna de incentivo a utilização destes combustíveis.

Na 15ª SRPRF/RN o controle e manutenção da frota fica a cargo do NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais, onde dispomos de 04 (quatro) servidores para esta atividade, sendo a manutenção realizada através de 02 oficinas contratadas, sendo 01 na cidade de Natal e outra no município de Mossoró, para atender os veículos da delegacia daquela cidade.

## 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - RN	Σ	Σ
	Município 1761 - Natal	2	2
	Município 1601 - Acari	1	1
	Município 1641 - Campo Redondo	1	1
	Município 1651 - Ceará Mirim	1	1
	Município 1733 - Lajes	1	1
	Município 1741 - Macaíba	1	1
	Município 1759 - Mossoró	3	3
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>11</b>	<b>11</b>
EXTERIOR		-	-
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>11</b>	<b>11</b>

Fonte: NUPAT/15ª

### 7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS A 15ª SRPRF/RN NÃO POSSUI NENHUM IMÓVEL LOCADO

### 7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro 8.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
200123	1761.00376.500-0	13	Regular		11/09/12	1.569.649,28	261.398,00		
200123	1601.00112.500-3	18	Regular		11/09/12	23.986,88			
200123	1641.00003.500-0	18	Regular		11/09/12	46.073,88		14.115,00	
200123	1651.00022.500-0	18	Regular		11/09/12	34.255,20			
200123	1733.00012.500-4	18	Regular		11/09/12	33.158,59			
200123	1741.00027.500-7	18	Regular		11/09/12	36.158,59			
200123	1841.00004.500-8	18	Regular		20/09/12	266.620,70	235.413,51		
200123	1759.00067.500-8	18	Regular		11/09/12	40.888,96			
200123	1759.00066.500-2	18	Regular		11/09/12	76.165,91		37.968,59	
200123	1761.00459.500-0	13	Regular		11/09/12	1.242.172,49		35.000,00	
200123	1759.00093.500-0	13	Regular		11/09/12	62.340,73			
Total								496.811,51	87.083,59
<b>Fonte: NUPAT/15ª</b>									

## 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Informações contidas no Relatório do DPRF

## 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 9.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
	Redução e racionalização no consumo de energia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					X
	50% da aquisição se deu em Papel Reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>			X		
	Sim ( )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 10.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$  
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	800 rem	900 rem	948 rem	9.550,00	8.229,00	8.557,00
Água	4.603,87 m <sup>3</sup>	3.230,37 m <sup>3</sup>	3.841,00 m <sup>3</sup>	32.135,00	21.449,68	22.930,77
Energia Elétrica	457.331,16kw	438.113,08kw	434.731,24kwh	204.431,60	195.840,93	191.390,43
			Total	246.116,60	255.519,61	222.878,20

Fonte: NUPAT/15<sup>a</sup> e NUSEG/15<sup>a</sup>

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

#### 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não Ocorreram deliberações do TCU no exercício.

#### 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica a esta UJ

#### 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não se aplica a esta UJ

#### 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica a esta UJ

### 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A 15ª SRPRF/RN não dispõe de unidade de auditoria Interna.

### 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 11.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	17	27
	Entregaram a DBR	20	17	27
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Seção de Recursos Humanos/15ª

## 11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

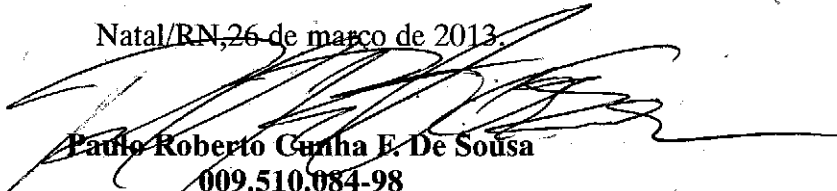


Ministério da Justiça  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
**15ª Superintendência Regional/RN**

### DECLARAÇÃO

Eu, Paulo Roberto Cunha F. De Sousa, CPF nº009.510.084-98, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal/RN, 26 de março de 2013.

  
Paulo Roberto Cunha F. De Sousa  
009.510.084-98

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira/15ª SRPRF/RN**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
<b>15º SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>200123</b>

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições Contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

- a) 106- FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZADO;
- b) 115- FALTA DE REAV./REDUCAO DE ATIVOS PERMANENTES.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	<b>Brasília/DF</b>	<b>Data</b>	<b>05 de fevereiro de 2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JOSÉ CARLOS GOMES</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF - 9.261/O-7</b>

*José Carlos Gomes*  
**CCONTABROG/SE/MJ**  
Contador